DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v7i7p349-392

DA HISTÓRIA À ANTROPOLOGIA... E DE VOLTA À HISTÓRIA: UMA CONVERSA COM MARIZA DE CARVALHO SOARES

Por

Letícia Oliver Fernandes

Pedro José de Carvalho Neto

Raphael dos Santos Gonçalves

A trajetória de Mariza de Carvalho Soares é marcada pela pluralidade nos caminhos que traçou dentro da academia brasileira – e fora dela, também. Ao dividir sua história conosco, Mariza Soares demonstra como aspectos pessoais, materiais e acadêmicos caminham simultaneamente na construção dos desejos e escolhas que desenham a trajetória de um intelectual. Exemplo disso, é o entrecruzamento da História e da Antropologia, que é tão ímpar na sua produção acadêmica. Em uma longa e divertida conversa, em São Paulo, numa noite de maio, a historiadora compartilhou conosco suas pesquisas e comentou sua passagem pelo Museu Nacional – e a tragédia ocorrida ano passado –, as condições atuais da produção acadêmica brasileira e, mais do que tudo, sobre a importância de circular pelos diferentes espaços que a universidade oferece.

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1971-1978), é mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981-1990) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1994-1997). Autora do livro Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão, século XVIII (Civilização Brasileira, 2000), teve passagem nas universidades de Yale, Stanford e Vanderbilt, nos Estados Unidos. Em 2019, fez a curadoria da exposição Nas Asas da Panair, no Museu Histórico Nacional, e lançou o livro Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina (Chão Editora). Atualmente, é professora aposentada da Universidade Federal Fluminense e, também, professora visitante da Universidade Federal

de São Paulo.

Agradecemos à professora por ter aceitado nosso convite e pela generosidade com que compartilhou sua história e seu conhecimento. Ao fim da entrevista, apresentamos uma bibliografia selecionada contendo as principais obras por ela publicadas.

Epígrafe_ Gostaríamos de começar falando da sua escolha pelo curso de História. A senhora se formou em História, pode falar um pouco sobre a escolha do curso, o que influenciou essa escolha, se a senhora já tinha um interesse em Ciências Humanas...

Mariza Soares_ Antes de entrar para a faculdade, em função de ter amigos mais velhos, eu queria ganhar um dinheirinho, então comecei a trabalhar de assistente de pesquisa. Comecei a fazer algumas transcrições de entrevistas de alguns amigos meus que já estavam no mestrado e aí achei interessante aquela coisa de Antropologia. Quando fui fazer o vestibular, não tinha Antropologia na graduação, só na pós-graduação. Eu tinha que fazer alguma coisa antes. Normalmente, as pessoas faziam Sociologia, mas eu não gostava de matemática, não gostava de estatística. Na época, na PUC [Pontifícia Universidade Católica], tinha um curso de Sociologia que diziam que era legal, mas não tinha como fazer Sociologia sem matemática e estatística. Aí eu desisti da Sociologia e resolvi fazer História, que era um assunto que eu gostava também. Acabou que gostei muito de História, me formei e trabalhei com História.

Na verdade, eu fiz muito mais do que quatro anos de História, porque nesse meio tempo eu casei. Meu ex-marido fazia Antropologia, a gente se conheceu nesse processo. Fomos morar em Brasília e eu tive de interromper a graduação no Rio. Em Brasília fui trabalhar na FUNAI [Fundação Nacional do Índio], porque eram os contatos que a gente tinha na área de Antropologia. Estudei na UnB [Universidade de Brasília], e na UnB tinha Antropologia na graduação. E eu fiz dois anos de Antropologia a nível de graduação. Tive filho, a vida enrolou toda. Voltamos para o Rio, sem que eu tivesse tempo de me formar. Voltei pro Rio e para a História. Me formei em História, na PUC. Então eu tenho quatro anos de História

e dois anos de Antropologia, na graduação. Meu currículo de graduação é monstruoso [*risos*]... Tem uma coleção de eletivas que não serviram para nada, porque os currículos eram muito diferentes. Mas eu ganhei muita experiência. No período que morei em Brasília, trabalhei com os índios Tikuna na Amazônia, morei na aldeia... Fiz trabalho de campo, aquela coisa de Antropologia bem tradicional... Eu fui auxiliar de pesquisa do Roberto Cardoso de Oliveira, um antropólogo famoso, já falecido... Quando eu terminei História, falei: "vou fazer mestrado em Antropologia", fiz. Mas aí eu já tinha dois filhos pequenos, não podia ir para a área indígena, que era uma coisa que eu gostava. Fui trabalhar em uma ONG fazendo as mais variadas coisas. Muitos anos depois, eu já estava com quarenta anos, quando eu resolvi fazer concurso para a UFF [Universidade Federal Fluminense]. Achei que eu precisava organizar a vida, ter um emprego público [*risos*]. Na época o concurso foi para assistente. Eu não tinha doutorado. Aí falei "bom, agora que eu já tenho um emprego, eu vou fazer o doutorado". Como eu estava no departamento de História, fui fazer o doutorado em História. É engraçado, porque eu sempre gostei muito das questões teóricas da Antropologia, mas eu sempre tive muita dificuldade, não gosto dessa interação entrevistador-entrevistado. Eu não tinha dificuldade nenhuma em me relacionar. Morei em uma aldeia indígena dormindo em rede, isso para mim não era problema. Mas essa coisa da entrevista... Eu retomei essa questão quando veio a moda da História Oral. Naquela época eu nem sabia muito explicar porquê, era uma coisa meio intuitiva. Eu me sentia em um terreno meio pantanoso. E eu aprendi a gostar do documento escrito. Tanto que a minha monografia de graduação foi uma coisa que as pessoas faziam muito pouco. Eu fiz uma monografia sobre o Regimento das Missões na Amazônia, século XVII. Na época eram poucos os que se interessavam por colônia, e pouquíssimos os que se interessavam por índios da Amazônia, menos ainda quem quisesse ler documentos do século XVII. E essa questão da história da Igreja acompanhou toda a minha formação. E eu sempre coloquei essa questão da Igreja diante de grupos sociais diferentes: trabalhei com os índios da Amazônia no final do século XVII; meu mestrado foi sobre a questão do Candomblé, Igreja Católica e das igrejas protestantes, como cada religião lida com a questão da morte; no doutorado estudei as irmandades católicas de "homens

pretos". É meio estranho falar, mas é a palavra da época. Então, a Igreja Católica e como a ela está muito bem alicerçada na nossa sociedade, é uma coisa que sempre me interessou.

A minha relação com a História é sempre interdisciplinar. Eu sempre gostei muito da Antropologia, e a partir de um determinado momento eu comecei a me preocupar muito com a Geografia. Eu fui muito amiga do Maurício Abreu, um geógrafo que faleceu há uns anos atrás. Para mim o maior geógrafo brasileiro dos últimos tempos. Claro que não vou desmerecer outros mais velhos, mas da minha geração. Eu acho que eu absorvi muita coisa nas nossas conversas, como lidar com o espaço, com a distribuição das pessoas no espaço. Acho que isso tem a ver com ele. Então meu trabalho conversa com a Antropologia e com a Geografia. Sou historiadora aberta a outras coisas. Quando veio a moda da História Oral, eu pensei: "é isso que na minha cabeça não juntava". Eu lembro sempre do Philippe Joutard, historiador francês. Ele foi um dos primeiros a discutir fontes orais. E ele usava sempre "fontes", ele não falava "História Oral". Se você pegar os primeiros textos dele, ele fala em fontes orais. Pra mim foi ficando claro que eu não gostava da ideia de História Oral, ainda hoje prefiro fontes orais.

No fundo, eu acho que a minha discussão da História Oral e com a Antropologia era o excesso de peso das entrevistas no conjunto a análise, muito insuficiente para compor o quadro de uma sociedade ou de um segmento social qualquer. Eu sempre gostei de trabalhar cruzando uma variedade de fontes. De um lado me incomodava o antropólogo não olhar a História; de outro eu achava que a História tinha que abarcar uma variedade de fontes. Hoje tudo mudou muito. Mas o nosso esteio ainda é o documento escrito, que é o que eu gosto. Então, depois do mestrado fui voltando para a História que eu tinha aprendido na faculdade, eu gostava de Brasil Colônia. Eu acho que o Ilmar [Rohloff de Mattos] eu brinco que fui a única a estudar Colônia com ele [*risos*]. Em 1972 ele ainda não era doutor. Ele dava Brasil I e II. Depois passou a dar só II, que era Império. Então muito pouca gente fez Brasil Colônia com ele. E eu li muita fonte impressa... Tipo assim, a gente estudava lendo [André João] Antonil. Isso me incentivou a trabalhar com documentação primária. E naquela época, a gente não

tinha biblioteca, não tinha xerox, todo mundo comprava livros. Eu tenho, até hoje, o Antonil que eu comprei em 1972. A gente frequentava os sebos, pedia emprestado. Então tive essa formação, voltada para valorizar os documentos escritos, ler documentos. A gente acha que já leu tudo, e a gente hoje em dia está vendo que tem que ler de novo! Tem que ler toda hora. Porque toda hora que você lê um manuscrito ou um documento impresso e você descobre uma coisa nova.

Epígrafe_ Nessa relação da História e da Antropologia, esse é um caminho pouco usual, em geral a gente é levado a ficar só na História, essa interdisciplinaridade é pouco comum no nosso curso.

Mariza Soares_ Na minha época não era.

Epígrafe_ É isso que eu ia perguntar, era muito diferente?

Mariza Soares_ Eu sou de uma geração PUC anos 70. Você quer ver uma coisa? O Ricardo Benzaquen [de Araújo] foi meu contemporâneo. Ele fez um percurso parecido com o meu, só que o Ricardo fez mestrado e doutorado em Antropologia, mas a base dele era a História. Os trabalhos dele têm um caráter, digamos assim, mais antropológico no sentido que ele era uma pessoa extremamente teórica nas reflexões, mas tem uma marca muito forte da História. Passando dele para o Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*[1], que é outro exemplo, essa conversa é antiga. Então eu acho que na época várias pessoas fizeram isso. A Dóris Rinaldi, por exemplo, que era da Sociologia, hoje em dia é psicanalista. A PUC naquela época favorecia isso porque a gente tinha um ambiente... Os cursos eram pequenos e a gente vivia ali. Convivia muito. Muitos casaram, namoraram [*risos*] uns com os outros. Os professores também circulavam. Tinha o Manoel Maurício, que era da História, mas dava aula na Sociologia. Se quisesse fazer uma cadeira com ele tinha que ir na Sociologia. Foi um momento muito particular, que produziu uma geração de profissionais que circulou e circula muito.

[1] Gilberto Freyre. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Epígrafe_ A senhora acha que isso está faltando hoje?

Mariza Soares_ Acho que mudou. Não sei se está faltando, talvez na época faltasse uma especialização maior. Estou me lembrando também do Silvio Tendler. Ele fez História na PUC e acabou no Cinema. Então eu posso, assim, te dar uma lista. Hoje em dia isso é menos comum. A gente tinha uma formação mais ampla, mas hoje em dia tem mais condição de especialização... Acho que as coisas mudam, não sei se é melhor ou pior.

Epígrafe_ Como somos uma revista de graduação a entrevista é voltada para os alunos de graduação, queríamos saber como foi seu processo de escolha do tema de mestrado, de doutorado... Como a senhora chegou até mesmo no orientador, como foi esse processo?

Mariza Soares_ Bom, o que eu vou dizer é meio... converso isso com os meus alunos. A gente tem a impressão de que a gente escolhe o tema. "Eu quero fazer isso". Na prática, isso não acontece muito. Quando acontece, às vezes não dá muito certo. Às vezes, é uma maravilha, porque quando você escolhe seu tema e o seu orientador aceita o tema que você escolheu, você vai muito fazer a sua trajetória individual. O orientador vai ali, vai te dar umas dicas, e tal, mas é a sua escolha... Hoje em dia, muitas pessoas fazem isso e dá certo. Na minha formação eu tive várias experiências, e eu procurei, depois de professora, promover esse mesmo tipo de coisa, trabalhar em grupo. E eu aprendi muito por trabalhar em grupo. Quando você trabalha em um grupo de pesquisa, muitas vezes você não tem tanta autonomia para escolher um tema. Mas em compensação, você ganha um dinheirinho, tem um financiamento e tem pessoas interessadas em alguma coisa parecida com o que você está fazendo, então você tem troca de experiências. Normalmente você tem um diretor do projeto que efetivamente se interessa por você e pelo que você está fazendo. Não estou dizendo que os orientadores não se interessem pelos alunos, mas muitas vezes, pelo modo como a pós-graduação está organizada, orientam teses que fogem aos seus interesses mais diretos. Eu, por exemplo, muitas vezes recusei alunos que queriam trabalhar comigo dizendo: "não vai dar, para eu orientar esse tema tenho que estudar, ou então eu vou te dizer

generalidades. E eu não tenho tempo para estudar isso porque tenho que estudar outras coisas". Então, muitas vezes você tem uma ótima relação com seu orientador, mas esse orientador não pode dar tudo o que talvez um outro grupo de pesquisa, com outro assunto, você tivesse em termos de retorno. Então, embora a concepção e a escrita do trabalho sejam individuais – eu sempre invento umas coisas diferentes para fazer –, procuro sempre trabalhar em grupo.

No caso da minha monografia de bacharelado, eu trabalhava num projeto da FINEP [Financiadora de Estudos e Projetos], no Museu Nacional, e um dos segmentos do projeto era estudar os índios da Amazônia. E eu fiquei encarregada da parte histórica, no caso, as missões religiosas. Então eu tinha a possibilidade de discutir meu tema com as pessoas da equipe que estavam trabalhando com índios da Amazônia atuais. Eu dizia assim... "nossa, esse índio que você está falando aí, eu tenho ele mencionado na minha documentação do século XVII". Depois, na minha dissertação de mestrado, eu estava trabalhando numa ONG chamada ISER [Instituto de Estudos da Religião]. Ainda existe, mas hoje é pequena. Na época era uma ONG que desenvolvia projetos de pesquisa e intervenção religiosa. Tinha o pessoal católico da Teologia da Libertação, que trabalhava naquelas assessorias de pastoral de base; tinha um projeto de prevenção de AIDS nas comunidades de Candomblé; tinha o pessoal protestante, de esquerda... Hoje em dia, a gente acha que todo protestante é de direita, mas na época tinha um grupo de esquerda bem interessante (os metodistas, presbiterianos, mesmo os batistas). E foi daí, dessa coisa, que surgiu a minha dissertação, porque eu convivia com eles... Na época, eu organizava cursos. Eu assistia os cursos, porque eu tinha que organizar, então eu via curso de Candomblé, curso de Protestantismo, uma infinidade de cursos... De repente eu falei assim: "gente, essas pessoas estão falando coisas diferentes, mas ao mesmo tempo tem a ver!". E daí que saiu a minha dissertação de mestrado sobre a morte, como cada um deles falava da morte.

Quando chegou o doutorado pela primeira vez eu estava sozinha. Mas, de qualquer forma, eu tinha o LABHOI [Laboratório de História Oral e Imagem]. Quando eu entrei para a

UFF, a primeira coisa que eu fiz foi me juntar com alguém. O LABHOI era dirigido pela professora Ismênia Martins e pela professora Eulália Lobo. Elas estavam se aposentando e chamaram professores para meio que para sucedê-las [*risos*]. Aí foi a Hebe Mattos e eu, trabalhando com escravidão; e o Paulo Knauss e a Ana Maria Mauad com a parte de imagem. A História Oral ficou meio assim... A Hebe acabou assumindo a História Oral e eu acabei descobrindo que eu não gosto de História Oral [*risos*]. Porque eu falava "gente, eu gosto da ideia de fontes orais, agora não quer dizer que seja do meu gosto produzi-las". Enfim, eu acho que a História Oral venceu. Até o Joutard desistiu e passou a falar em História Oral. No LABHOI eu tinha como principal interlocutora a Hebe. Criamos um grupo de alunos trabalhando com escravidão, eu acho que deu um caldo interessante. Embora a gente não tivesse um grupo formal, tínhamos uma interlocução entre nós e com outros professores como a Sheila [Siqueira de Castro Faria], o Luciano Figueiredo. E eu mantive, também, muito a interlocução com a Antropologia, a temática da identidade étnica que vem dos antropólogos. Acho que no *Devotos da Cor*[2] a marca de Antropologia é muito forte. Minha abordagem tem muito a ver com a teoria antropológica, mas minha metodologia de trabalho, meus temas, meu recorte cronológico, são da História. Eu me considero uma historiadora, eu não sou uma antropóloga meio fora do lugar, sou uma historiadora. Pinço várias coisas para elaborar meu trabalho de uma forma mais ampla alargando o objeto da História.

Epígrafe_ Continuando no campo acadêmico, a gente também notou, no seu currículo, pós-doutorados em universidades de perfis muito diferentes – três delas fora do país. Como foi esse processo de escolha, de contato com essas universidades?

Mariza Soares_ Mais uma vez eu te digo que a vida decide mais do que a gente mesmo. O que aconteceu foi o seguinte, quando eu comecei a fazer a pesquisa do doutorado, eu queria estudar irmandades católicas, meu eixo era a Igreja Católica, e eu queria entender a inserção

[2] Mariza de Carvalho Soares. Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

dos escravos na Igreja Católica. No meio do doutorado eu descobri um documento que era basicamente sobre africanos. E aí eu disse "isso tem uma particularidade, eu tenho que entender isso". E aí eu comecei a estudar para poder explicar esse documento... Acabei o doutorado, saiu o livro, e eu fiquei com aqueles africanos encasquetados na minha cabeça, querendo continuar a pesquisa, entender melhor os africanos. Fui para um congresso nos Estados Unidos e comecei a conversar com as pessoas. Conheci várias pessoas. Falava do meu trabalho e elas ficavam muito interessadas. Aí surgiu a possibilidade de eu fazer um pós-doutorado. Numa segunda viagem fiz contato com a Jane Landers, professora da Universidade de Vanderbilt. Ela me convidou para fazer o pos-doc com ela, achei que era um lugar legal e fui para lá [*risos*]. Isso já era 2003 e a gente já tinha a ideia, na UFF, de criar uma área de História da África, porque a UFF não tinha História da África. Então eu fui já com o objetivo de estudar História da África. Primeiro, para entender os Makiis, que eu queria saber mais sobre eles; depois para entender como funcionava essa coisa ensino de História da África. Nos Estados Unidos e no Canadá o estudo de África é muito forte, eu fui conhecendo... Eu ia a congressos, um amigo indicava outro amigo, que indicava outro amigo... E eu acabei amiga das cabeças mais importantes de História da África dos Estados Unidos e do Canadá. Me ajudaram muito! Foi daí que voltei para o Brasil e falei "vamos criar uma área de História da África na UFF". A Hebe apoiou... nós duas sempre ali, uma apoiando a outra... A gente nunca trabalha junto, mas a gente apoia uma a outra. E aí entramos no departamento com o pedido. Enquanto eu estava nos Estados Unidos eu consegui acertar de trazer um professor visitante, o Elisée Soumonni, do Benim para a UFF. Ele veio ainda na época que eu estava nos Estados Unidos... Eu conheci ele lá, perguntei se ele queria vir para o Brasil, e ele falou que ele queria! Mas disse que não tinha dinheiro. Aí eu falei "vamos dar um jeito". Ele ficou morando na minha casa, eu estava morando nos Estados Unidos. E juntos conseguimos no Canadá uma bolsa para ele. Ele ficou acho que oito meses aqui. Ele deu dois semestres de curso e foi o maior sucesso. E aí estava implantada a área de África, era só uma questão de a gente ir burilando a coisa. Mais tarde vieram as novas vagas e o departamento acabou contratando quatro professores de História da África.

O tempo que eu fiquei nos Estados Unidos foi uma época de fartura de dinheiro. Viajei muito. Fui a vários países da África com dinheiro americano, sem nunca gastar um tostão de dinheiro brasileiro, eu fui para a Nigéria, Benim, Marrocos, Gana, mais de uma vez. Me facilitava falar inglês e francês, então eu transitava bem tanto na área colonial inglesa quanto na área colonial francesa.

Eu nunca escrevi sobre História da África, e nunca dei aula de história da África. Quando eu consegui montar o esquema de África na UFF, eu me aposentei. Então o que eu consegui fazer foi viabilizar a criação da área que ao longo dos anos seguintes promoveu a contratação dos professores que hoje estão lá. Também nunca publiquei nada. Nos anos depois do meu pós-doc, até me aposentar trabalhei em projetos coletivos para viabilizar os meus alunos. Eu falava "eu tive a minha vida viabilizada por projetos de pesquisa, então eu quero viabilizar a vida dos meus alunos". Ainda durante o pós-doc fiz o *Ecclesiastical Sources in Slave Societies* junto com a Jane Landers, em 2005. Esse projeto hoje é um dos maiores projetos acadêmicos da área de História da escravidão nos Estados Unidos, mudou de nome para *Slave Societies Digital Archives*. Hoje em dia é um monstro, pega vários países das Américas... E eu fiz também um projeto para a Angola, o PADAB [Acervo Digital Angola-Brasil], *super* usado por jovens pesquisadores. Era muito caro ir a Angola. O PADAB disponibilizou uma documentação do Arquivo Histórico Nacional de Angola que trouxemos para o IHGB [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro]. Todo mundo que trabalha com Angola antes do século XIX passa por essa documentação.

Enquanto fazia esses projetos eu continuava a escrever sobre o que eu sempre escrevi, escravidão, africanos no Brasil, História Atlântica. Depois eu comecei a mexer com a área de patrimônio, que também é uma coisa de projeto coletivo e interdisciplinar.

Epígrafe_ Fechando essa parte da sua trajetória pessoal de formação, como a senhora foi parar no Museu Nacional?

Mariza Soares_ Eu fui parar no Museu Nacional quando eu estava na PUC fazendo graduação, 1972/3. Fiz algumas eletivas de Antropologia. E as professoras eram doutorandas do Museu Nacional: Lygia Sigaud e Alba Zaluar. A Lygia me indicou e fui trabalhar no Museu Nacional. Fui ser auxiliar de pesquisa do Moacir Palmeira, que na época era marido dela. Trabalhei com ele dois anos. Era um projeto sobre o comércio dos barracões na Zona da Mara pernambucana. Nada a ver com o que eu achava que ia fazer, mas precisava trabalhar, então eu trabalhei. Aprendi muito! Essa experiência foi me ajudar em outras coisas, para o resto da vida. Depois desse projeto eu recebi minha primeira bolsa, iniciação científica, hoje PIBIC [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica]. Eu devo ter sido uma das primeiras alunas a ganhar a bolsa de iniciação científica na PUC. Eu falei para o Ilmar: "Ilmar, eu soube lá no Museu Nacional que tem uma bolsa, eu posso pedir uma bolsa!". No Museu eu era estagiária, tinha carteirinha de estagiária não remunerada! [*risos*]E a gente recebia um pagamento informal de acordo com as verbas de pesquisa dos professores, mas o vínculo formal era não remunerado. E surgiu a ideia de em pedir uma bolsa. Mas a bolsa não podia ser pelo museu, tinha que ser pela instituição onde eu estudava. E o Ilmar não sabia nada dessa bolsa. Aí eu disse: "Mas lá eles me falaram que tem bolsa, um negócio chamado "Iniciação Científica". Aí o Ilmar falava assim: "não, não sei o que é isso...", e eu: "é, um tal de CNPq tem esse negócio" [*risos*]. Ninguém sabia o que é que era. Fui ver a bolsa e o Ilmar não podia assinar, tinha que ser doutor, ele não tinha terminado o doutorado ainda. Ele então me disse: "vou falar com o [Francisco José Calazans] Falcon". Aí fomos. O Falcon olhou para a mim "ah, isso não existe!". Eu falei "existe, assina aqui. Se não existir, não tem problema. Mas assina aqui" [*risos*]. Aí ele assinou e a bolsa saiu [*risos*]. Na época, quem coordenava as bolsas era o [Francisco] Iglesias, outro historiador famoso da geração do Falcon. Aí eu mostrei a aprovação da bolsa e ele viu a assinatura: "O Iglesias!"

Enfim, eu estou falando uma porção de coisas ao mesmo tempo... Mas quero mostrar como circular é importante, você conhece pessoas, descobre coisas. O aluno que fica muito paradinho, faz tudo certinho, não abre a cabeça. E cada vez mais eu acho que um profissional

tem que abrir a cabeça. Estudar língua, por exemplo. Tem que falar inglês, francês, espanhol. Não pode ser historiador sem falar inglês. Eu adoraria falar alemão, não falo. Falar inglês e francês é fundamental. O espanhol a gente quebra o galho, tem que estudar um pouquinho, tem umas palavras que enganam, mas depois que você pega... Mas inglês e francês é fundamental. Por que é que eu circulei tanto? Porque eu sou mais inteligente? Não. Primeiro porque estou aberta a tudo, me oferecem, eu topo [*risos*]. Segundo porque falo inglês e francês. E não adianta só você ler. Você tem que conseguir falar e escrever. Porque você tem que escrever em inglês. Você pode dar o seu texto para uma pessoa rever. Tradução é muito caro, eu não tenho dinheiro para pagar. Então eu escrevo meus textos. Eu estou falando isso porque é uma revista de graduação [*risos*]. Bom, enfim, continuem aí que eu vou falando e vou perdendo o fio da meada.

Epígrafe_ Sobre o Museu, como a senhora entende esses ambientes ditos "não formais" de educação, como por exemplo o museu, na formação do conhecimento histórico? E também enquanto difusor desse conhecimento. As relações entre a pesquisa acadêmica histórica e o museu?

Mariza Soares_ Primeiro o museu é uma instituição formal. Não é informal. Eu posso estar lá de uma forma informal. Eu não estou enquadrada no organograma da instituição. No tempo em que trabalhei lá, eu era uma pesquisadora visitante, colaboradora. Mas a instituição em si, ela é formal. Tão formal quanto a universidade. No caso do Museu Nacional, o museu pertence à UFRJ. Diferente, por exemplo, do Museu Histórico [Nacional], que está ligado ao Ministério da Cultura. Agora, o que existe lá é uma maneira de trabalhar diferente de um departamento ou uma pós-graduação. O Museu tem os cursos de pós-graduação. Você pode fazer um curso de pós-graduação e trabalhar no Museu, ou só fazer um curso, ou só trabalhar.

No meu caso, eu fiz o mestrado e trabalhei no Museu, fiz as duas coisas, mas eram coisas separadas: primeiro o trabalho como estagiária, como técnica do acervo da Etnologia,

depois o mestrado e mais recentemente a curadoria da coleção africana. O Setor de Etnologia tinha coleções de índios do Brasil e de outras partes das Américas, África, Oceania e Japão. Primeiro, eu fazia um trabalho técnico. Eu tive que aprender museologia. Aprender a restaurar. Aprendi a catalogar, a limpar, a armazenar. Trabalho técnico que não tinha nada a ver com História ou com a minha pesquisa, que caminhava em paralelo. Mais recentemente voltei para um trabalho específico, ser curadora da coleção de África. Mas nunca fui membro do quadro permanente, nesse sentido sempre tive uma relação mais informal.

A relação do Museu Nacional com a História era zero. O Museu Nacional vem de uma linhagem acadêmica vinculada à História Natural, que não tem nada a ver com a História. Então, por exemplo, o Museu tem Antropologia porque no século XIX a Antropologia fazia parte da História Natural. Tem Botânica, Geologia, Paleontologia, tudo isso é parte da História Natural, não tem História, História é outra coisa. Então muito pouca gente se interessa por História no Museu Nacional. Na pós-graduação a maior parte se dedicava a uma Antropologia bem "clássica". Na minha geração eu e outras pessoas fizemos essa ponte (já falei nisso antes). Essa separação é interessante porque alguns antropólogos vêm da História. Mas geralmente eles um pouco esquecem... [*risos*] Acho que eu fui lá, namorei a Antropologia [*risos*], fiquei um tempo... tirei o que eu podia aproveitar, e voltei para o meu pedaço, que é a História.

Hoje dia muitos alunos de História têm bolsa PIBIC na Antropologia. A Antropologia tem poucos cursos de graduação. E os alunos de História caçam bolsas em outros segmentos de Humanas. O aluno de História da UFF é *top*, aquela coisa do curso [nota] 7. Eles chegam e levam, fazem aquelas provas e ganham. Então, por exemplo, tem vários alunos da História da UFF trabalhando no Museu, e em vários museus diferentes. Porque embora não tenham uma formação em Museologia, eles são bem preparados, então quando eles vão competir, eles conseguem tirar notas melhores nas provas de seleção. Muitos alunos de História trabalham em museus, mas a maioria não tem os museus como perspectiva profissional. O mesmo deveria acontecer com a Arquivologia.

Eu dei aula para a Arquivologia na UFF. Lembro que uma vez eu perguntei. Era a primeira vez em que dava aula na Arquivologia, um curso de História do Brasil. Eu queria conhecer a turma e eu perguntei "vocês trabalham? Fazem estágio?" Todo mundo disse que sim. A maioria das pessoas trabalhava em arquivos técnicos, nada a ver com História ou Ciências Humanas. Só um trabalhava no CTAV [Centro Técnico Audiovisual], um arquivo de cinema. Aí eu falei que conhecia, que era um arquivo ótimo, ele disse "eu trabalho no almoxarifado". Eu fiquei assim, pasma. Os alunos de Arquivologia estudam pouco História. Ao mesmo tempo, o aluno de História aprende muito pouco sobre arquivos.

Quando eu dava aula para a graduação e os alunos queriam fazer PIBIC comigo, eu dizia: "primeiro vai fazer transcrição de documento, lê esses manuais de paleografia" Aí você vai ver se a pessoa gosta ou não daquilo. Não adianta dizer que vai estudar colônia sem ler manuscritos. Tem que aprender, tem que ir aos arquivos, cada arquivo funciona de um jeito. Então, eu acho que essa coisa de você abrir a cabeça é muito importante, porque se você vai estudar colônia, mas não quer fazer paleografia e não quer trabalhar com arquivo... Eu tive uma aluna que dizia que era alérgica. Eu disse "desculpe, você tem que trabalhar com outra coisa, porque se você não consegue abrir um manuscrito sem começar a espirrar...". A mesma coisa eu estava falando das línguas. Então às vezes o aluno de História acha que é só estudar e fazer aquelas matérias. O historiador tem que ser um erudito. Não tem como você ser um historiador sem ser um erudito, tem que estudar sempre mais do que você aprendeu na aula. Porque na aula você aprende o feijão com arroz, a aula não te dá o necessário para você ser um profissional de peso.

Tem uma outra coisa, os professores de História, falo de todos nós, não têm uma boa formação de Educação (didática, etc.). Eu acho isso uma lacuna na formação do professor de História. Voltando aos Estados Unidos, numa boa escola, um professor de História de *high school* é doutor e tem um bom salário. Dar aula em uma boa escola de nível *high school* pode ser melhor do que dar aula em universidade ruim. Ali eles têm condições de se qualificar. Aqui isso dificilmente acontece. A gente valoriza a pesquisa e esquece de formar bem o

professor... Você tem que caminhar mais para um lado do que pro outro, uns para a pesquisa outros para o ensino. Ou trabalhar em outro lugar, como um museu. Hoje na UFF tem um movimento que eu não acompanho muito porque já estou aposentada. Muitas pessoas não querem fazer pesquisa, querem ser bons professores, e a gente tem que respeitar isso. O Historiador tem que ampliar seu campo de trabalho.

Epígrafe_ Agora vamos tentar conciliar dois momentos na sua trajetória, eu imagino que seja nos anos 2010, que são a curadoria da exposição Kumbukumbu e a localização da coleção de objetivos trocados entre Dom João VI e o monarca daomeano. Como foi encontrar essas peças durante a curadoria...

Mariza Soares_ Para vocês verem como a vida é complicada. Não fechem portas nunca! Lembram que eu contei que lá na minha graduação eu fui estagiária não remunerada do Museu Nacional, e que depois eu passei a estagiária remunerada. Houve uma obra no Setor de Etnologia, então tudo precisou ser retirado da sala. Quando eu entrei lá a obra já estava pronta, e a gente tinha que colocar toda a coleção nos novos armários. Imagina, eram 40.000 objetos! Foi um projeto monstro financiado pela FINEP. Foi aí que eu comecei a ganhar um dinheirinho [*risos*]. Uma das coisas que eu trabalhei foi com a coleção africana. Ninguém dava pelota, eu mesma na época não dei a devida importância. Fiquei encarregada de organizar umas gavetas da coleção africana, era pequena. Eu me lembrava dos objetos porque eu limpava, arrumava, então ficava um tempo olhando. Eu não tinha muita ideia do que era a maioria das coisas, eu não pensava muito em África, Angola, Daomé, aquilo na época para mim era muito vago. Na época a gente trabalhava mais com números de catálogo do que com descrições. Mas ficou aquela coisa na cabeça.

Aí, quando eu me aposentei [em 2010], o pessoal do Museu me convidou para ser pesquisadora visitante. Eu queria fazer alguma coisa, e tinha trabalhado com africanos, ido à África, etc. Eu era pesquisadora do CNPq, tinha bolsa do CNPq, aí falei “quero fazer uma coisa diferente”. Aí na renovação da bolsa de pesquisa apresentei no CNPq um projeto para

estudar a coleção africana do Museu Nacional. A primeira coisa foi ir para o acervo, abrir os armários. Encontrei coisas que eu conhecia. O trono estava na exposição, lembrava das pulseiras de latão porque tinha limpado... comecei a listar tudo. Aí a Ana Lúcia Araújo veio ao Brasil e falou "o [John] Thornton descobriu uma carta do Adandozan, rei do Daomé no IHGB, eu estou escrevendo um texto sobre ele". Aí apresentei ela ao pessoal do Museu. Ela foi lá, fotografou umas peças que estavam na exposição, que o [Pierre] Verger tinha falado. Quando eu comecei a fazer o inventário, eu já tinha lido a tal carta. Olha só como tudo se cruza! Nesse momento eu já tinha feito o PADAB e ali a gente digitalizou a documentação de África do IHGB, que era um inventário de 1600 e não sei quantos documentos. Nesta coleção estava a parte do acervo do [Conde das] Galveias que tem a tal correspondência com os reinos africanos. Quando fui ler essa carta que o Thornton encontrou, eu falei "essa correspondência a gente digitalizou", aí fui lá [*risos*]... Olha que coincidência! Eu estava no Museu com a coleção, e tinha o PADAB com a carta. As coisas se conectam de alguma forma, parece coisa dos deuses, e quando li a carta encontrei não só o trono e outras peças de que o Verger falava, mas quase todas essas outras peças que estavam listadas na carta: as sandálias, as bolsas, as caixas de cachimbo... Tudo tão bem descrito pelo Adandozan que dava para reconhecer. Fui para o catálogo ensandecida e comecei a checar. Você consegue imaginar, quando a gente descobre um negócio desses? E eu comecei a procurar pela numeração do catálogo e essas peças todas tinham sido catalogadas praticamente uma atrás da outra. Isso não é explicação suficiente, porque era a segunda catalogação, mas mostrava que todas essas peças já estavam lá e que, pela descrição da carta, aqueles eram os objetos.

Conclusão: quando eu comecei o projeto, eu não sabia ainda que ia estudar a coleção do Daomé, eu ia estudar a coleção africana. Eu tinha especial interesse pelo Daomé. Os Makii que eu estudava na África, que é outro projeto derivado do Devotos, eles são vizinhos do Daomé, eles vivem ao norte do Daomé. Como começou a surgir muita informação, eu tive que fazer uma opção, deixar de lado o resto da coleção e me concentrar na coleção do Daomé. Para compensar tive a ideia de trazer outras pessoas para estudarem outras partes

da coleção. Aí eu fui procurar outras cartas, porque é aquilo que eu te falei: é uma correspondência, não são cartas. Então não é só a carta de Adandozan; tem a resposta do dom João (depois VI); tem a carta do governador da Bahia; tem as cartas do conde das Galveias. Eu comecei a juntar isso tudo. Eu achei uma coisa em cada lugar. Começou uma peregrinação atrás dessa correspondência (Museu, IHGB, BN). Consegui juntar isso tudo e aí eu falei: "eu tenho um livro".

Eu escrevi aquele artigo que eu publiquei na [revista] *Afro-Ásia*[3]. Conversando com o João [José] Reis, falei que não era só um artigo, era um livro, porque aquele artigo é um aspecto, a questão diplomática, mas eu tenho vários outros assuntos dessa coleção. Estou preparando um livro e eu espero que fique pronto até o final do ano. Mas, realmente, as duas coisas caminharam juntas (a pesquisa e o trabalho de curadoria). Acho que elas cresceram muito porque caminharam juntas. Se eu tivesse só as cartas, como foi o caso da Ana Lúcia e do Thornton, ou se eu tivesse só os objetos, eu teria patinado no meio do caminho. A possibilidade de juntar as peças com a documentação escrita... Eu acho que o meu perfil permitiu que eu fizesse as duas coisas, de um lado aprofundar o trabalho de arquivo, ter essa preocupação de ir na minúcia. Porque não são só cartas, é pensar a questão da correspondência, da troca de cartas, que é um ponto de vista teórico diferente. Devo muito ao trabalho da Ângela Castro Gomes[4] e à minha experiência de trabalhar com objetos, e o privilégio de ter tido acesso irrestrito ao acervo do Setor de Etnologia. Para isso eu tive que ser aprovada como pesquisadora colaboradora pelo conselho do Museu, foi um processo burocrático complicado. Então eu tive um acesso à reserva técnica, que não é normal para outros pesquisadores, então foi tudo isso junto que me permitiu chegar onde eu cheguei.

[3] Mariza de Carvalho Soares. "Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812". *Afro-Ásia*, Salvador, n.49, p.229-271, 2014.

[4] Ângela de Castro Gomes. "Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freire". In: _____. (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 51-76.

Epígrafe_ A senhora falou que não está mais no Museu, mas a senhora vê alguma possibilidade... se o acervo de África foi todo perdido, o que fazer agora?

Mariza Soares_ Pois é, o acervo foi praticamente todo perdido. O que não se perdeu: algumas peças de metal. Não se perdeu em termos, muitas estão deformadas pelo calor, mas estão preservadas as peças de ferro, ou as partes de ferro dos objetos. O problema agora é que tudo que foi resgatado do incêndio foi fotografado, catalogado e guardado. E o que vai acontecer agora depende do que vai acontecer com o museu como um todo. No momento, o fundamental é reconstruir o museu, não a coleção tal ou a pesquisa individual. Acho que tenho que dar um tempo para o Museu se recompor, saber o destino que o Museu vai dar a si mesmo, às pessoas. E seja lá o destino que for, a coleção africana é um grão de areia no deserto. Eles têm outros problemas muito mais urgentes para resolver. Então eu acho que a coleção africana não é uma prioridade no momento.

Meu plano, então, é dar andamento ao que posso. E se eu tiver energia para voltar, talvez eu volte mais tarde, se não, outra pessoa segue adiante depois. Eu tenho uma certa sensação de que meu trabalho lá acabou, não vou ter tempo de produção acadêmica para voltar. Inclusive, acho que uma outra pessoa, com uma outra cabeça, vai olhar aquilo de uma outra maneira. Vai ter que ser feito um trabalho enorme de pesquisa química, o que aconteceu com aquele ferro, aquilo queimou a 800 graus centígrados? Menos, mais? Tem que pensar, comparar... Se eu voltasse era o que eu ia fazer. Tentar identificar as ligas do ferro, comparar com outras ligas de achados arqueológicos na África. Eu acho que a pesquisa que vale a pena ali agora é a pesquisa interativa com outras áreas de metalurgia africana, que é uma pesquisa muito cara, que no Brasil não tem tradição e mesmo na África é muito cara e restrita.

Epígrafe_ Professora, é possível notar em seus trabalhos a utilização da cultura material como elemento fundamental. Em seu mais recente artigo na Revista *AbeAfrica*, a senhora

estuda rotas comerciais a partir da análise de mantas da cultura mandê[5]. Você acredita em uma continuidade metodológica nas relações entre cultura material e historiografia africanista?

Mariza Soares_ Eu acho fundamental, porque você lê esses objetos. O historiador está acostumado a trabalhar com documento escrito, esses objetos estão ali para serem lidos. É como você ler uma imagem, um quadro que você lê do ponto de vista da História, você situa o contexto, enfim... Esses objetos podem ser lidos também. Eu sempre falo que eu trabalho com objetos, mas eu não estudo objetos, eu sou uma historiadora dos objetos. É uma coisa que vários historiadores e antropólogos hoje falam, fazer a história dos objetos, a "biografia dos objetos".[6]

Uma nova etapa de uma perspectiva de pesquisa, como a que foi desencadeada pela *Nouvelle Histoire*, pelo [Jacques] Le Goff. Na minha época de faculdade todo mundo lia essa coleção.[7] É um pouco isso: é um olhar de historiador sobre outras fontes, no caso os objetos. Esse meu texto sobre as mantas é um bom exemplo disso. Eu falo das mantas o tempo todo, mas o texto está sustentado na historiografia dos movimentos das populações do Sahel, as migrações, nos Wangara em particular. Como aqueles povos transitam nas rotas comerciais; as conexões que eles têm entre eles em função das rotas. As mantas mostram isso, caminham junto com as pessoas. Minha discussão é com a historiografia clássica da África ocidental que fala do comércio do Daomé, dos povos do litoral Atlântico e não explora muito o comércio desses reinos litorâneos com o Sahel. É verdade que o tráfico de escravos joga o Daomé para o sul, para vender escravos no Atlântico, mas ele também negocia com o norte, só que comprando e vendendo outras coisas, não necessariamente escravos, mas até

[5] Mariza de Carvalho Soares. "O comércio dos Wangara e as mantas mandês no Daomé (1810). AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-40, 2019.

[6] Igor Kopytoff. "A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo". Arjun Appadurai (ed.) *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF. 2008. pp. 89-121.

[7] Jacques Le Goff e Pierre Nora (orgs.) coleção *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

escravos, embora menos... Eu acho que muito do que eu estou discutindo é menos a manta e mais como a manta mostra a conexão que o Daomé tem com esses povos do norte, muçulmanos na maioria. O Robin Law[8] fala dos muçulmanos do norte do Daomé, mas não parece importante para a análise dele porque ele privilegia o tráfico de escravos para o sul. Ele e todos os outros historiadores conhecem essas conexões. Mas na hora dos historiadores do Atlântico montarem seus quadros de análise, não consideram esse segundo segmento do comércio daomeano. Então eu acho que esse texto tem um pouco esse sentido, mostrar que essas conexões são importantes. É um texto de História, eu estou falando de pessoas, não de objetos. Estou usando os objetos para falar de pessoas.

Epígrafe_ Em geral, no campo de pesquisa africanista vemos uma especialização por regiões – e nos seus textos podemos ver um aprofundamento nas questões ligadas ao Daomé. Entretanto, recentemente a senhora publicou, nos Anais do Museu Paulista, o artigo *"Por conto e peso": o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV–XVII*[9]. Quais foram os motivadores para essa pesquisa sobre um tempo-espaço do continente africano que não é aquele que a senhora trabalha na maioria de suas publicações?

Mariza Soares_ É justamente essa minha preocupação de não estudar coisas isoladas, de fazer contrapontos. Quando eu lancei a coletânea, *Rotas Atlânticas*[10], era porque o pessoal estudava Brasil e Costa da Mina, então quis fazer uma coisa cruzada e fui catando gente para fazer essa relação entre a Costa da Mina e Rio de Janeiro. Todo mundo falava das conexões entre Costa da Mina e Bahia – tem o trabalho maravilhoso do Verger[11] – e parecia que a

[8] Robin Law. "Islam in Dahomey: a case study of the introduction and influence of Islam in a peripheral área of West Africa". *The Scottish Journal of Religious Studies*. vol. VII, n. 2, p. 95-122, 1986.

[9] Mariza de Carvalho Soares. "Por conto e peso": o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV–XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.25, n.1, p.59-86, 2017.

[10] Mariza de Carvalho Soares (org.*). Rotas atlânticas da diáspora africana - Da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EdUFF, 2011.

[11] Pierre Verger. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos (dos séculos XVII a XIX).* Salvador: Corrupio, 2002.

conexão era só com a Bahia. Não! Tem conexão com o Rio de Janeiro também. Eu provoquei aqueles textos, tentando tirar as pessoas de suas zonas de conforto.

Quando eu comecei a estudar o Daomé, comecei a identificar um "modelão" de Costa da Mina baseado no Daomé com o comércio de escravos. Ao lado disso tinha outro "modelão" que é a Angola, diferente do Daomé. Mas é possível trabalhar fora desses dois "modelões". Falar de Moçambique é falar fora do "modelão". Moçambique geralmente aparece como um prolongamento do Atlântico. Mas lá existem particularidades, o comércio com a Índia, com o interior da África. Então eu comecei a pensar em outros casos. Na documentação de Costa da Mina às vezes aparecia referência ao Loango. Comecei a ler sobre o Loango. Quando escrevi o Devotos da cor, não deu para incorporar o século XVII e as conexões entre Mina e Loango. Eu cortei o livro no início do século XVIII, quando o comércio da Mina já estava mais organizado. Aí sobrou nas minhas bagunças a documentação da segunda metade do século XVII que tinha o Loango. E eu ficava sempre encasquetada com o Loango. Quando fui a Lisboa em 2015 comecei a levantar a documentação do Loango no Arquivo Histórico Ultramarino. Sentei e comecei a trabalhar, procurando tráfico de escravos no Loango... Marfim a dar com pau, para tudo quanto era canto, mas escravo não aparecia, só aparecia escravo na segunda metade do século XVII. Resolvi mudar o foco e estudar o marfim no Loango.

Um dia eu fui tomar café com o José [da Silva] Horta, professor da Universidade de Lisboa. Falei que estava estudando o comércio do marfim no Loango. Eu já sabia que ele trabalhava com marfim na Senegâmbia. Aí ele falou que estava começando um projeto, junto com o Peter Mark, que é um professor americano, e a Vanicléia Silva Santos, da UFMG, sobre marfim africano e que seria interessante se eu trouxesse o caso do Loango para o grupo. Entrei no projeto. Foram três anos, fechamos agora, o terceiro livro do projeto deve sair final de 2019/20. Mas o que aconteceu nesse meio tempo? Antes de entrar no projeto eu já tinha inscrito um trabalho no Encontro Internacional de História Colonial, o EIHC com o pessoal do Museu Paulista. Eu apresentei o texto e depois publiquei nos *Anais do Museu Paulista*. Não

quis repetir o texto no livro do projeto, daí fiquei de fora do primeiro livro. No segundo livro eu publiquei um texto menor sobre o Congo. No terceiro vai sair minha conferência de encerramento do projeto sobre as primeiras remessas de marfim do Congo para Portugal no século XVI. Mas é aquilo, gosto de privilegiar a interlocução. Aprendi muito com os portugueses, super eruditos, focados, conhecem muito mais documentação dessa época que a gente.

Esse trabalho dos marfins agora virou um capítulo no livro sobre o Loango que estou escrevendo. O livro ia ser sobre comércio de escravos, mas virou comércio de escravos e marfim. No início do século XVII predominou o comércio de marfim e, a partir de 1630, começou a crescer o comércio de escravos que explodiu na segunda metade do século. Eu comecei a juntar a documentação desse livro quando eu estava fazendo meu doutorado, interessada na Costa da Mina. Volta e meia eu via que os navios que iam pra Mina desciam até o Loango. Depois eu entendi. Os holandeses, por exemplo, estavam atrás de ouro, então eles percorriam a Costa da Mina. Em 1637 eles tomaram o Castelo da Mina (atual Gana) dos portugueses para conseguir acesso ao ouro ali vendido. Mas eles continuavam descendo, não parava ali. Iam comprando e vendendo escravos e outras coisas para fazer um comércio local, e iam trocando por ouro. Os navios que vinham da Holanda chegavam até à foz do Congo, passando pela costa do Loango. E o marfim servia de lastro. Um navio que vem cheio de mercadoria da Holanda, que vende essa mercadoria em troca de ouro vai ficando vazio, ouro não ocupa espaço e não pesa. Ele não pode enfrentar o mar aberto com os porões vazios, precisa de lastro. Então quando voltavam para a Holanda – porque os navios com escravos tinham outra rota - precisavam de lastro. E o lastro era marfim e madeira. Naquela região existia o tacula, madeira equivalente ao nosso pau-brasil, sai dele uma tinta vermelha. Desciam até o Loango, compravam marfim e tacula e iam embora, então tudo está ligado [*risos*]. Nada é por acaso.

Epígrafe_ É bastante frequente entre os pesquisadores africanistas a utilização de materiais localizados em arquivos africanos para compreensão da História do Brasil. Entretanto, a

senhora e alguns outros pesquisadores são pioneiros em um caminho *a priori* "inverso": utilizam fontes históricas localizadas no Brasil para entender a História da África. Como a senhora entende esses diálogos e aproximações historiográficas?

Mariza Soares_ Primeira coisa: arquivos no Brasil e arquivos na África. A África ocidental só tem "arquivo", como nós entendemos, a partir da presença colonial, antes disso é muito pouca coisa, as bibliotecas das mesquitas, por exemplo. Então você lida basicamente com História Oral. Existem vários historiadores africanistas cuja base do trabalho foi a coleta de depoimentos: Jan Vansina, [Joseph] Miller; Martin Klein. Todos eles trabalharam com relatos orais de velhos africanos, nascidos no final do XIX, início do século XX. O historiador recua o quanto pode a partir desses relatos. São também fundamentais os registros coloniais. Muitos funcionários escreveram livros que se tornaram clássicos da historiografia. Para períodos mais recuados você geralmente trabalha com fontes europeias: relatos, correspondências. São geralmente arquivos portugueses, ingleses, franceses, holandeses e não africanos. Esses arquivos europeus meio que preenchem a ausência de documentação escrita africana que não seja em árabe e para áreas não abarcadas pela islamização, como é o caso da África ocidental atlântica. Então o que aconteceu foi que a maior parte da produção da historiografia africanista foi produzida fora da África. Mesmo nos países africanos, a maioria dos historiadores africanos foi formada no período colonial. Ou iam para França, Inglaterra, Portugal ou ficavam nas universidades africanas, que também funcionavam segundo o modelo acadêmico europeu. Além disso, grande parte dessa produção acabou concentrada no século XIX e XX. O número de historiadores trabalhando do século XVIII para trás é muito reduzido. Quem trabalha até o século XVI, ainda consegue trabalhar com fontes escritas. Antes disso, o historiador depende muito da Arqueologia. Para o século XVII em diante a Costa da Mina tem um número grande de relatos de viajantes europeus, pelo menos uns 10 importantes, e você pode multiplicar isso para todas as partes da África litorânea. O interior é outra coisa.

No final da década de 1990/2000, nos Estados Unidos, as pessoas começaram a falar em História Atlântica. Foi mais ou menos quando cheguei lá. Eu tinha meu livro, Devotos da cor (2000) e comecei a participar de eventos, apresentar meu trabalho. Eu não tinha noção do que era História Atlântica. Nos Devotos não falo nem de História Atlântica nem de História da África. Eu li alguns autores para poder ter informação, mas eu não tinha a mínima ideia de que eu estava fazendo História da África ou História Atlântica. Eu estava fazendo História do Brasil, estava falando de africanos no Brasil. E aí eu comecei a ir nos lugares e as pessoas diziam que eu fazia História Atlântica [*risos*]. E eu me perguntando, "Que diabos é isso?". Existia, claro, a História Atlântica antiga, o [Charles] Boxer já fazia. Mas era outra coisa. Primeiro estava ligada à história contemporânea, história do pós-guerra, quando os Estados Unidos e a Europa começam a ter conexões mais intrincadas. História Atlântica era a história do Atlântico Norte. O Boxer é dessa geração, e um dos poucos que trabalhou o Atlântico no sul "moderno", não século XX.

Em 2000, saiu também o Trato dos viventes, do [Luiz Felipe de] Alencastro[12], que é excelente. Ele tem essa sacada de pegar a relação entre Brasil e Angola que ele tira do Boxer, que já tinha escrito sobre Salvador de Sá. Mas ele dá um passo adiante. Eu via esses trabalhos, mas eu não tinha noção de que eu estava fazendo isso [*risos*]. Aí eu comecei a notar que nos Estados Unidos e no Canadá as pessoas estavam me pagando para mostrar meu trabalho sobre História Atlântica. E é muito engraçado na História Atlântica que começou a aparecer de um lado, os historiadores da África ocidental e centro ocidental expandiram seu horizonte para o Atlântico; e, de outro lado, uma parte dos historiadores de América Latina saiu do continente e embarcou para a África. A História Atlântica dos anos 2000 foi resultado desses dois movimentos. E aí as coisas começaram a se cruzar, literalmente, em mesa de bar, jantar... Professores latino-americanistas, como eles chamam nos Estados Unidos, e africanistas começaram a conversar entre si e surgiu um grupo de profissionais

[12] Luiz Felipe de Alencastro *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

alguns *seniors* e muitos jovens – isso 20 anos atrás, hoje já estão todos estabelecidos – que estavam fazendo justamente essa História Atlântica. Nesse grupo no qual eu participei estavam todos pensando o Atlântico a partir do tráfico e da escravidão. O Robert Harms escreveu The Diligent[13], sobre um navio negreiro que sai da Costa da Mina e vai parar no Caribe. É excelente, mas ele está na Linha do Equador, não vem para o sul. Tinha um grupo que focou no Atlântico Sul, Brasil. Mas você percebe que a questão da escravidão do sul não está nas preocupações do Harms. É completamente diferente do Alencastro.

Então o que acontece é que você tem, de um lado, o movimento dos latino-americanistas, que vão começar a criar um campo de trabalho novo. Quer dizer, existia a palavra "história atlântica", mas não do jeito que se começou a fazer História Atlântica, a partir de 2000. Esse movimento começou a gerar um problema imenso, porque escrever não é só ter uma boa ideia. É dinheiro, política acadêmica, poder acadêmico. As pessoas começaram a provocar deslocamentos de recursos. Uma parte da turma "migra" para o Atlântico e leva junto recursos e quer vagas de emprego. Não é brincadeira, isso é um tumulto na vida das pessoas e das universidades. Também no Brasil os historiadores começaram a expandir seus horizontes: Índico e África.

Se você pega o [Paul] Lovejoy, por exemplo, ele é um historiador africanista, tem uma produção de muitos anos sobre História da África. A partir de 2000, ele começa a abrir o trabalho dele para o Atlântico. Você pega os títulos dos livros dele, ele vai chegando para o Atlântico; o Miller a mesma coisa. Todos eles, você percebe isso. Era um novo campo de trabalho lá e aqui. Trabalhar com Atlântico não foi uma decisão minha, e nem de nenhum de nós individualmente. Acho que foi uma conjugação de fatores. E isso levou a gente para fora, com aquelas restrições que a gente estava falando: tinha que falar inglês, francês, porque eles lá fora não falam português. Eles são absolutamente coloniais [*risos*]. Em relação a qualquer tipo de saber; eles acham que nós estamos indo lá aprender com eles, que é um

[13] Robert Harms. The Diligent: A Voyage Through the Worlds of the Slave Trade. New York: Basic Books, 2002.

privilégio estar lá. E aos poucos eles começam a perceber que você tem mais a dizer do que eles pensavam, que na verdade você está complicando a vida deles, porque você está colocando o Brasil no mapa deles. Quando você fala de América Latina eles pensam México, adoram México. Escravidão africana é Caribe. Aí quando você fala de Brasil, é uma novidade, principalmente porque a maioria dos latino-americanistas fala espanhol. Stuart Schwartz é uma exceção. Então esses poucos brasilianistas deram muita força para os brasileiros que chegaram nos Estados Unidos.

Passei dois meses em Yale, com o Stuart. Ele foi orientador do João Reis (ainda em Minnesota). Recentemente o Aldair foi para lá também. No meu caso eu fiz o doutorado aqui. Fui para Yale por causa do Stuart, ganhei uma bolsa de Yale com recomendação do Stuart. Depois eu fui para Stanford, lá tinha o Herbert Klein que me convidou, pagou para eu ir para lá com dinheiro de Stanford. Então o que acontecia era que essas pessoas da geração mais velha, que hoje já está aposentada, 20 anos atrás estava ocupando postos chaves, com dinheiro. Eles pagavam para levar a gente para lá, porque eles achavam que os brasileiros podiam... E é engraçado, porque é uma coisa meio contraditória: de um lado eles achavam que a gente tinha que ir para usufruir de todos os benefícios das universidades americanas. Mas por outro lado, eles viam que a gente tinha uma coisa diferente a dizer, uma coisa nova. Quem conseguiu ir, como eu, realmente usufruiu de uma coisa muito especial. A universidade lá é incrível, tinha pessoas, tinha dinheiro e outros recursos para pesquisa, um conjunto de condições institucionais muito particulares. Agora está mais difícil, mas naquela época, entre 2000 e 2010, teve muito dinheiro. Todos os financiamentos que eu tive foram nesse período. E aí teve uma segunda parte da pergunta que eu esqueci.

Epígrafe_ Ah, sim, eu posso retomar, porque eu coloquei muita coisa de uma vez só. Os desdobramentos então desse momento que a senhora caracterizou, no interesse social, no ensino, no senso comum brasileiro, o que a senhora percebe nos estudos africanistas ou até afro-brasileiros na população?

Mariza Soares_ A cada vez que eu entrava numa universidade americana, por mais que eu já conhecesse, nos primeiros dias era um impacto, porque é tudo bom demais. Você tem uma biblioteca maravilhosa, você tem salas de aula maravilhosas, tem todos os equipamentos que precisa. Nem sempre é luxo, mas você sempre tem condições de trabalho. Se a sua biblioteca não tem os livros que você precisa, muitas vezes acontece, tem um sistema de empréstimo entre as bibliotecas que você pede o livro e ele vem. Vem de qualquer lugar dos Estados Unidos, até da Europa. Você tem direito como estudante, você pede e o sistema funciona. Cada vez que eu chegava lá, a coisa que mais me doía era que os nossos estudantes brasileiros não têm essa chance. O estudante brasileiro lida com dificuldades imensas, não é só a questão do dinheiro, mas de outros recursos. Porque houve até momentos em que a gente teve dinheiro comprar livros, mas o sistema das bibliotecas nunca chegou a funcionar.

O mesmo problema de má administração dos recursos acontece com o professor. Os professores americanos descontam tudo do imposto de renda. Se eles comem no horário de trabalho, compram livro, descontam no imposto de renda. Eu compro livro e não desconto nada, sai do meu salário. E tenho que comprar porque a biblioteca não tem. E você empresta seu livro para o aluno e o aluno não devolve. Eu tinha uma maldita lista que eu botava o nome do aluno e o livro, mas a lista sumia e eu perdia livro atrás de livro. Mas assim... Fizeram bom uso, se o aluno não devolveu, deve ter usado. Eu acho que, nesse momento, a gente fica muito centrada em cumprir as nossas tarefas, fazer o trabalho, fazer o curso, e não tem muito tempo para dizer para o aluno que ele precisa abrir a cabeça. No meu caso, eu acho que eu tive mil privilégios, mas eu acho também que eu soube lidar com as pessoas que foram muito importantes para mim para me alertarem para essas coisas.

A minha experiência de professora é muito pequena, e eu sempre procurei dar boas aulas. Eu não tenho qualificação para ensinar alguém a ser um bom professor, eu tenho qualificação para ensinar alguém que quer ser pesquisador. Sempre tentei entender a dificuldade que os meninos têm para seguir uma carreira, porque hoje em dia você não vê luz no fim do túnel, está difícil, muito difícil. Então eu acho que essa coisa do se

"internacionalizar", eu não vejo outra saída para você se preparar para enfrentar qualquer mercado de trabalho. Porque a nossa tendência é cada vez mais cair no mercado, porque esse emprego público como a gente conheceu está acabando. Não sei o que vai acontecer nos próximos anos, mas esse emprego está acabando. De alguma forma a gente tem que conseguir remar contra a maré para não acabar todo mundo horista. E acho que a tendência, infelizmente, vai ser essa.

Eu acho que as pessoas têm de se qualificar muito para poderem dar um salto e garantir uma formação de qualidade. Como? Sinceramente, no momento, eu não estou muito animadora, não sei. Estou assustada com o que está acontecendo na universidade tão rápido. Porque eu já estava com a sensação de que ia haver uma destruição do sistema, porque o sistema tem falhas graves que facilitam essa destruição. Por exemplo, foi maravilhoso o PROUNI, esses projetos todos, esses recursos do governo Lula e Dilma. Eu votei no Lula, eu defendo a universidade pública. Mas a universidade tem problemas "crônicos" que não foram resolvidos. E eu acho que, agora, eles estão com a faca e o queijo na mão e eu não sei se a gente vai conseguir fazer alguma coisa em termos de movimento político. Eu espero que alguma coisa possa ser feita. Mas eu vejo um futuro difícil para a universidade pública. Eu acho que ou eles vão querer acabar com a universidade pública, ou eles vão querer transformá-la no modelo americano. Voltando àquilo que falei no início, o que é a universidade pública americana? A universidade é pública, o prédio, a instituição, mas os professores são contratados e os alunos pagam. É um conceito de público diferente. É um conceito de público muito americano, capitalista, digamos assim, para usar um termo meio chavão [*risos*]. Claro que o nosso público é capitalista também, mas a gente tem uma noção de que o nosso público tem que ser gratuito e para todos. Lá o público, a universidade pública, é um bem do Estado. E aí se você quer usufruir daquilo, você paga. Paga menos que em uma grande universidade privada, mas paga. Eu acho que aqui esse modelo de universidade que a gente conheceu está em crise, e eu não sei o que vai acontecer.

Quando eu penso nessa coisa que você tá falando, a História da África na universidade, eu acho que o que vai acontecer com a História da África no Brasil vai depender muito do que vai acontecer com o Brasil. Porque eu acho que não existe interesse, nesse momento, em avançar nas conexões entre o Brasil e os países africanos. Eu estou assustadíssima com o pessoal lá do Campo dos Malês da Unilab [Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira], na Bahia. Toda hora eu pergunto "gente, alguma novidade, como é que estão?". A Unilab está cheia de estudantes africanos, todos com bolsa do governo brasileiro. O que vai acontecer com esses meninos? Porque não é só a gente que vai estudar na África. Ao longo desses últimos anos vieram muitos estudantes africanos para o Brasil. Não só de História, mas principalmente nas áreas técnicas, fazendo Engenharia, por exemplo. É isso que a gente tem que pensar também, a gente pensa só no ensino da História da África, mas você tem que pensar as conexões entre o Brasil e os países africanos hoje, uma coisa muito maior. E não só África. A UFF [Universidade Federal Fluminense] tem estudantes africanos de vários países e tem também muitos haitianos, sem contar agora os venezuelanos, os sírios e tantos outros segmentos da imigração recente que também estão chegando. O que vai acontecer com essas pessoas? Essa presença é muito enriquecedora para a universidade brasileira. Então essa conexão da gente com a África é muito mais ampla. Se a gente tivesse continuado a caminhar na direção que estávamos indo, essas conexões se acelerariam muito. O estudante brasileiro perde muito com isso. A experiência de viver em uma aldeia de índios no meio da Amazônia, como eu vivi, nos Estados Unidos, ou no Benim, foi insuperável. Viver em outro país – não estou falando de ficar hospedada em um hotel -, estar na casa das pessoas, conviver com elas no dia a dia, é viver uma outra realidade diferente da sua. Isso é fundamental. E isso dá ao historiador uma vivência para quando ele vai olhar o documento. Quando você pega o testamento de um escravo no século XVIII e ele conta que ele tinha erisipela e que possivelmente ele morreu da infecção daquela erisipela, o que isso diz para você? Nada. Você, que vive no Rio de Janeiro ou em São Paulo, nunca viu uma erisipela.[14] Aí você pensa que esse homem foi escravizado, viveu e trabalhou anos em

[14] Erisipela: "infecção cutânea causada geralmente pela bacteria *Streptococcus pyogenes* do grupo A, mas pode

péssimas condições de higiene. No Benim eu fiz uma pequena parte do percurso das caravanas de escravos que chegavam ao porto de Ajudá. Eu vi os pântanos por onde as pessoas passavam, às vezes em canoas, às vezes a pé. Vi também a savana quase deserta por onde eles passavam. O que eu fiz de carro e eles faziam a pé, carregando fardos na cabeça. Aí você entende aquilo! Sair da sua experiência pessoal te dá uma outra dimensão. Eu acho muito difícil para o estudante brasileiro que quer trabalhar com História da África -- ou até que quer trabalhar com história da Amazônia, ou de São Paulo -- desconhecer o que ele está estudando. É um pouco do que eu falei antes sobre o meu interesse pela Geografia. O historiador não pode olhar só o documento, ou mesmo só o assunto dele. Quando a gente pensa uma universidade humanista, a gente pensa uma universidade com espaço para essa troca de experiências.

Uma das experiências mais interessantes que tive no Benim foi quando esteve lá um amigo caribenho. Lá eles me chamavam de "f*emme yovó*": mulher (francês) branca (fon), branca no sentido de estrangeira, europeia. Meu amigo caribenho, negro, era *yovô* como qualquer outro homem branco. Ao chamarem um negro caribenho de *yovó* (branco europeu) eles não estavam nem aí para o fato do cara ser tão "negro" quanto eles. A cor não era o fator diferencial e sim o fato dele ser estrangeiro, o negro caribenho estava mais próximo dos outros *yovó* do que deles. É claro que eles sabiam que um era branco, o outro negro. Mas o corte fundamental ali era ser "da terra" e ser estrangeiro. De algum modo eu que falava francês e podia me comunicar direto com eles estava mais próxima deles que o homem negro caribenho que só falava inglês. Quem quer estudar História da África na sua dimensão mais ampla precisa conhecer a realidade africana no passado e hoje. Agora como isso vai acontecer nos próximos anos no Brasil, quem sabe décadas, eu não sei.

---

também ser causada por *Haemophilus influenzae* tipo B, que penetram através de um pequeno ferimento (picada de inseto, frieiras, micoses de unha, etc.) na pele ou na mucosa, disseminam-se pelos vasos linfáticos e podem atingir o tecido subcutâneo e o gorduroso." Fonte: Portal Drausio Varella. Disponível em https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/erisipela/. [Acesso em 28.07.2019.]

Epígrafe_ Na última edição a gente entrevistou uma professora que é especialista em arquivo, a professora Heloísa Bellotto, da USP. E ela fala como uma especialista em arquivo. E agora a gente queria saber da senhora, da relação entre História e arquivo, só que a partir do historiador. Como o historiador entende o trabalho arquivístico, se o bom trabalho arquivístico pode influenciar o historiador... Qual a relação do trabalho historiográfico com o arquivo?

Mariza Soares_ Olha, eu tenho o maior respeito pelos arquivistas. Adoro os arquivistas, aprendo com eles em todos os sentidos. Tenho uma amiga arquivista que acompanha meu trabalho e a quem eu recorro sempre que eu posso, a Regina [Maria Martins Pereira] Wanderley. Trabalhou muitos anos no Arquivo Nacional, é professora aposentada da Uerj e até recentemente coordenadora de pesquisa do Instituto Histórico [e Geográfico Brasileiro]. Trabalhamos juntas no PADAB [Projeto Acervo Digital Angola Brasil]. Não posso deixar de mencionar também o Jaime Antunes [da Silva], que foi diretor do Arquivo Nacional muitos anos, e agora está dirigindo o arquivo do IHGB e retomando o PADAB que agora ficou sob a coordenação da Crislayne [Gloss Marão Alfagali]. Então assim, eu acho que o diálogo com os arquivistas é fundamental. É impossível ser um bom historiador, trabalhar com documentação primária, sem entender pelo menos um pouco sobre arquivos históricos. Tampouco entendo um historiador que não sabe um mínimo de paleografia, ou que não tem o livro da Maria Helena Flexor.[15] Tem também que conhecer as letras, saber o que é uma letra ramista, senão você não consegue ler e entender o que lê. Eu acho que eu sei pouco, devia saber mais. Acho um absurdo os cursos de História não terem cadeiras de arquivologia, de paleografia. O historiador nesse ponto é muito autossuficiente. A gente vê que, por exemplo, no Arquivo Nacional, você depende do arquivista para te dar as dicas do que você tem que fazer, de onde e como procurar o que você quer. Você tem que que saber alguma coisa até para dialogar com o arquivista e poder tirar melhor proveito do que ele pode te ensinar. Eu

[15] Maria Helena Ochi Flexor. *Abreviaturas: manuscritos dos século XVI ao XIX.* 3a. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008.

criei a área de História da África. Se tivesse outra vida, criava cursos de arquivologia para história, arqueologia histórica e museologia dentro do curso de História. O historiador pode dar uma contribuição imensa à Museologia, e também aprender muito com os museólogos! Eu, por exemplo, trabalhei no Museu Nacional. A coleção africana tinha um conjunto de cerca de 20 peças vindas do Museu de Berlim, o antigo Museu Etnográfico de Berlim. Eu aprendi a ler a catalogação deles feita a nanquim nas peças e que não foi retirada. Eles permutaram coleções com muitos outros museus. Eu bato o olho e já sei: "Isso aqui veio do Museu de Berlim!". Você aprende a catalogação, e então é aquela coisa de você fazer história não só do seu tema, mas também do documento que você está usando, o documento não só como fonte, mas como objeto. É isso que é a História. Então eu acho que a História precisa dessa interlocução. Mas é aquela coisa, você fica dependendo dos seus amigos. Você conversa com um, com outro, quando isso deveria ser uma preocupação da formação do historiador.

Epígrafe_ E aí nessa mesma linha, a senhora poderia falar um pouco sobre esse projeto Acervo Digital Angola-Brasil? A senhora não falou muito dele.

Mariza Soares_ O PADAB surgiu de uma conjugação de fatores. Do meu lado, eu tinha condições de viajar, tinha condições de fazer pesquisa em Portugal, na França, no Benim, mas meus alunos não. Por razões meio óbvias, Angola é o país de entrada da maioria dos brasileiros que se interessa por História da África. Angola tem muitos arquivos que datam da presença portuguesa, então você chega a ter documentação do século XVI. Mas a burocracia de Angola é muito complicada, e tudo é muito caro. Agora já não é tanto, mas há 20 anos atrás era. Na época que o Marcelo Bittencourt estava no Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Cândido Mendes, que reunia um grupo de africanistas no Rio de Janeiro. Ele começou a articular um projeto em parceria como a Rosa Cruz e Silva, diretora do AHNA [Arquivo Histórico Nacional de Angola]. Só que Marcelo saiu da Cândido Mendes e foi ser professor da UFF, e nesse caminho ele desistiu do projeto. Aí, conversando com ele, acabei assumindo o projeto. Aprovamos um projeto no CNPq, no edital Pró-África (2006). Esse edital era para todas as áreas -- história, biologia, matemática, todas as áreas -- e para pesquisadores

brasileiros desenvolverem projetos em parceria como países africanos. O nosso projeto era uma permuta de documentos históricos entre Brasil e Angola. O lado brasileiro digitalizou e mandou para Angola a coleção de documentos africanos do IHGB [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro], do século XV ao XVIII; e, em Angola, uma equipe brasileira selecionou e códices do AHNA, do século XVII ao XIX. Com essa troca, estudantes do Brasil e de Angola podiam duplicar seu acesso às fontes históricas para pensar as conexões entre o passado dos dois países. O inventário da documentação do IHGB já estava publicado na Revista do IHGB.[16] Os códices de Angola tinham apenas um antigo inventário topográfico, sem descrição adequada do conteúdo dos códices. Tínhamos condições de calcular o número de imagens digitais da coleção do IHGB, mas não da coleção do AHNA. Fizemos, então, uma seleção preliminar dos códices, e o trabalho foi sendo avaliado ao longo da digitalização. Trabalhamos com duas equipes: uma no Rio, coordenada pela Regina Wanderley e outra em Luanda, coordenada pela Mariana Cândido. Eu era a coordenadora geral e não fui a Luanda. Fazia a conexão entre os dois e cuidava do dinheiro. Antes da viagem, fizemos uma seleção: digitalizar todos os códices até a primeira metade do século XVIII, na segunda metade começamos a fazer uma seleção. No final, digitalizamos 108 códices de um total de 3 mil! Além da documentação inventariada, o arquivo tinha uma sala em que não se sabia exatamente o que tinha. Além de documentos avulsos, parece que tinha ainda outros códices não numerados. Mariana trouxe os HDs com a coleção digital e entregou no IHGB. A equipe do IHGB preparou a coleção digital que foi organizada em caixas com as duas coleções, Brasil e Angola. Duas caixas foram enviadas para Luanda e o projeto distribuiu as demais entre o IHGB e os parceiros do projeto. O projeto do CNPq foi finalizado e o trabalho temporariamente interrompido. No ano seguinte, sob a coordenação da Regina Wanderley, o projeto foi retomado. Nessa segunda etapa passamos a fazer os índices sumários dos 108 códices. Uma tarefa insana. Regina trabalhou dez anos com isso, com muitas interrupções, o

[16] Regina M Pereira Wanderley (coord.) "Inventário analítico da documentação colonial portuguesa na África, Ásia e Oceania integrante do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 166, n. 427, abr/jun 2005, pp. 27-570.

projeto deve ter qualificado pelo menos uma dezena de estudantes no trabalho de paleografia e noções básicas de arquivo. Há cerca de uns dois anos a Regina se aposentou, mas conseguiu terminar todos os códices do século XVII e da primeira metade do XVIII. Todos têm índice e sumário, documento a documento. Agora que o Jaime Antunes assumiu a direção do arquivo do IHGB, e estamos retomando o projeto. Como não posso assumir a responsabilidade agora chamamos a Crislayne que é professora de História Atlântica, África e Brasil na PUC, e trabalha com Angola. Em 2019, ela assumiu a coordenação do projeto. Ela vai rever o trabalho já feito e dar continuidade ao projeto. Estamos também finalizando a prestação de contas das duas verbas adicionais que recebemos da Faperj [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro] para pagar bolsistas. Temos cerca de 40 códices prontos. O Jaime Antunes quer atualizar o catálogo parcial já disponível na Sala de Leitura e publicar o inventário geral dos 108 códices. Para isso, a Crislayne já está assinando convênio entre a PUC e o IHGB, de modo a colocar estudantes da PUC no projeto. E não sei quanto tempo vamos precisar, vai depender do número de bolsistas e dos recursos e da capacidade da Crislayne e da Sônia [Nascimento de Lima], arquivista do IHGB, de administrarem tudo, é muito trabalho. Além dos índices sumários, fizemos também transcrições de códices e documentos avulsos. Alguns pela própria equipe, outros por terceiros que usaram a documentação. O [Luís] Nicolau Parés, por exemplo, publicou as cartas do Daomé, mas a gente já tinha feito a transcrição também, mas não chegou a publicar. Em alguns pontos a nossa transcrição está diferente, queremos fazer uma revisão geral e disponibilizar a transcrição sem atualização ortográfica. Além disso transcrevemos um códice inteiro, um livro imenso, 500 folhas, que foi feito na época do governador Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, em meados do século XVIII. Quando ele chegou lá, no espírito pombalino, arrumou a secretaria de governo em Luanda e mandou fazer um índice sumário de todos os livros da secretaria. Esse códice é inventário do que existia – a coisa mais maravilhosa, porque ele lista todos os livros! Alguns dos livros que ele inventariou a gente tem, outros não, estão perdidos. A gente também transcreveu a correspondência do Luís

César de Meneses, que foi governador de Angola de 1699 a 1701. A gente transcreveu uma correspondência dele que estava no Instituto Histórico, e a correspondência do Arquivo de Luanda. Então a gente transcreveu as duas. Fora que a gente tem a coleção digital toda para quem quiser consultar. E várias pessoas que consultaram fizeram transcrições dos documentos que elas usaram. E então a gente tá tentando reunir tudo isso. Claro que as pessoas são muito zelosas de suas transcrições. Mas a ideia é que quem queira colaborar e dar a sua transcrição para a gente... logicamente vai constar que a transcrição foi feita pela pessoa. E o nosso plano é criar um espaço no Instituto Histórico e botar tudo isso *online*. Esse mês já fizemos o relatório final da última verba da Faperj, que ficou parado com o afastamento da Regina, por motivo de saúde. A Crislayne está começando a nova etapa. E eu acho que o projeto tem fôlego para recomeçar e crescer. Agora, vamos ver como caminha, porque sem dinheiro vai ser difícil. Não é um projeto caro, mas tem que pagar bolsista.

Epígrafe_ Agora a senhora está no Museu Nacional? Quais são as funções que a senhora desempenha lá?

Mariza Soares_ Não, não estou mais. Quer dizer, formalmente eu ainda estou, porque ainda não suspendi minha condição de pesquisadora colaboradora... Mas eu não estou mais me considerando lá desde que pegou fogo. A coleção que eu trabalhava pegou fogo. O que eu estou fazendo agora é me organizar para terminar de escrever o livro sobre a Coleção Adandozan. Eu pretendia fechar agora até o fim do ano, ainda tenho esperança de conseguir. Mas minha vida deu uma embolada geral, porque no final do ano passado eu prestei concurso para professor visitante da UNIFESP e estou no processo de contratação, estou de mudança para São Paulo. Devo trabalhar na UNIFESP por um ou dois anos.

Epígrafe_ Guarulhos?

Mariza Soares_ Guarulhos. O incêndio no Museu mexeu muito comigo, foi muito difícil digerir a coisa toda. O incêndio foi em setembro; de setembro a dezembro eu fiquei quase catatônica, sem saber o que fazer da vida. Já estava no Museu há quatro anos e pretendia

ficar mais dez, até me aposentar realmente. Eu tinha feito a primeira parte do projeto e tinha muita coisa planejada, sem a coleção ficou inviável. E aí apareceu esse concurso para a UNIFESP. Eu estava querendo [*risos*] arranjar alguma coisa. Estou reestruturando minha vida. Então eu já não estou mais me considerando pesquisadora do Museu, porque eu não estou mais trabalhando lá.

Eu estou fechando agora um projeto com [Universidade de] Vanderbilt, que é o meu último módulo para o *Slave Societies Digital Archive*. Fechamos agora em junho, no Rio. E eu estou como curadora de uma exposição no Museu Histórico Nacional que é sobre a Panair do Brasil. Não tem nada a ver com nada do que eu fiz antes. Mas eu acho que eu agrego várias coisas... Eu tive uma experiência de curadoria no Museu Nacional, eles queriam uma curadora que tivesse uma sensibilidade para a parte de história. Eu sempre gostei muito de museus, eu sempre gostei muito de arte, viajei, fiz essa coisa toda... Então o Paulo Knauss, que é o diretor, achou que eu seria uma pessoa, digamos assim... uma curadora meio heterodoxa que daria certo, e está dando certo. A gente vai inaugurar a exposição em julho[17].

Estou fechando agora um livro que também vai ser lançado em julho. É a transcrição de um manuscrito que encontrei na Biblioteca Nacional, quando estava fazendo meu doutorado, o tal sobre os Makii, de que já falei. Eu passei 20 anos transcrevendo e estudando esse manuscrito, finalmente consegui um editor e estou publicando esse ano[18]. Estou fazendo várias coisas misturadas: a exposição da Panair, a publicação do manuscrito, o concurso da UNIFESP, o livro do Adandozan. Uma coisa bem confusa, mas isso tudo deve terminar e a partir de agosto eu retomo o livro de Adandozan. O plano é terminar o livro até dezembro. A partir do ano que vem, vou pela primeira vez me dedicar a escrever um livro de história da

[17] Exposição "*Nas asas da Panair*", com curadoria de Mariza de Carvalho Soares, inaugurada em 9 de julho e em exibição até 29 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.museus.gov.br/museu-historico-nacional-inaugura-a-exposicao-nas-asas-da-panair/

[18] Livro "Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786", publicado pela Chão Editora e lançado em 4 de julho de 2019, no Rio de Janeiro.

África no sentido clássico da palavra, que é o livro sobre o porto do Loango no século XVII. Já está meio pronto, venho escrevendo pedaços ao longo de muitos anos e guardando, nunca publiquei nada. Preciso sentar e ao longo de 2020 terminar. Acho que vai ser um trabalho original, não tem muita coisa sobre o assunto.

A gente está organizando no Rio de Janeiro, em junho, um simpósio sobre a Costa da Mina. Vamos juntar pessoas que trabalham com essas conexões entre Brasil e Costa da Mina, quase todo mundo brasileiro. Não temos um tostão, ganhamos uma verba pequenininha do CNPq e fomos acolhidos pela [Fundação] Casa [de] Rui Barbosa. O dinheiro do CNPq vai custear o próprio evento e um *e-book* a ser publicado pela Casa Rui. Estamos tentando juntar todas as pessoas espalhadas pelo Brasil e cada um está pagando sua participação. A Casa Rui está pagando a viagem de dois convidados internacionais. Fico muito feliz com isso. Ao longo dos anos tentei juntar os pesquisadores que trabalham com Costa da Mina, acho que esse seminário é em parte resultado disso, somos um grupo pequeno de amigos. Eu fiz um pouco isso com o Rotas Atlânticas, mas sem dinheiro, só conversando com as pessoas e publicando o livro. Dessa vez, foi um projeto mais coletivo, coordenado por quatro pessoas (Ivana Stolze Lima, Aldair Rodrigues, Juliana Barreto Farias e eu). Estamos aceitando alunos, não fazemos restrição de "status acadêmico", mas estamos fazendo rigorosa restrição temática e de investimento no tema, tem que ser realmente alguém que está estudando Costa da Mina. A restrição que a gente tem é de vaga, a gente tem um número de mesas e de pessoas, então a gente tá fazendo uma seleção. Quem mandar e não conseguir passar no "funil", vale a pena assistir, todo mundo que trabalha com isso vai estar lá: Parés, eu, Júnia Furtado, Jaime Rodrigues vai falar sobre os marinheiros, Aldair Rodrigues da Unicamp, Carlos Silva, a turma toda. A ideia é juntar as pessoas. Eu quero ver se faço uma coisa parecida na Unifesp ano que vem, juntando quem está trabalhando com tráfico, também com a ideia de fazer alguma publicação. O plano é esse para os próximos dois anos e eu espero que tenha energia para tanto.

Epígrafe_ Comumente, em nossas entrevistas, finalizamos perguntando o que a senhora, como historiadora, considera fundamental na formação de um historiador, no sentido de bibliografia, o que precisamos ler, conhecer...

Mariza Soares_ Sinceramente, tem que ler tudo [*risos*]. Porque mesmo que não tenha a ver com você, em algum momento aquilo te dá um *click* e serve para alguma coisa. O assunto pode não te interessar, mas a metodologia que o cara usou pode ser boa.

Então, se é bom, lê. O critério pode ser: ler coisa boa.

Lógico que, se você tem um tema, você vai focar mais nesse tema. Se você tem uma temporalidade, vai focar na sua temporalidade. Se você tem recorte teórico, cuidado: porque aí é mais complicado, é melhor você ler todo mundo, até para você conseguir sofisticar o seu ponto de vista. Agora, primeira coisa, tem que ler os clássicos. Às vezes, o pessoal cita a última moda e não leu os clássicos. Então, por exemplo, quem trabalha com escravidão, com tráfico, tem que conhecer a obra do Boxer. Depois que você começar a ler, você vai construir o seu critério, o que é importante para você. Eu não sei dizer o que é importante para você. Eu sei dizer que o Boxer é fundamental, você não pode não ter lido o livro sobre Salvador de Sá[19], você não pode não ter lido *Idade de Ouro*[20], você não pode deixar de ler um monte de coisas. Você pega o Boxer, por exemplo, é uma aula sobre pesquisa em arquivo. Aquele cara era um demônio [*risos*]. Eu acho que ler certos autores é fundamental não só pelo que eles escreveram, mas pela maneira como eles escreveram, como eles trabalharam. Eles têm um controle de documentação assombroso, que hoje em dia a gente não tem. Ler os clássicos e encarar o documento. E em segundo lugar ler os autores mais recentes, mas entender não só

[19] Charles R. Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional/EdUSP, 1973.

[20] Charles R. Boxer. *A idade de ouro do Brasil*: dores e crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

o que eles estão dizendo, mas de onde eles partiram. E, tenha certeza, você volta para os clássicos.

Temos também que ter em mente que a vida muda, que hoje você despreza uma coisa, depois pensa "se eu tivesse olhado aquilo, eu não estaria na situação difícil que estou hoje". Acho que é se informar a respeito de tudo. Caiu no teu colo? Olha. Nem que seja uma leitura rápida, porque você não está estudando só História Colonial, você é um profissional de História. Sabe o que a gente chama de "cultura geral"? Antigamente, os nossos pais falavam "tem que ter cultura geral". Não é nesse sentido corriqueiro, mas você tem que ter uma formação ampla, qualquer tipo de profissionalização exige isso.

Então estude bastante o tema que você tem interesse, mas não abandone o resto. Nesse ponto, eu acho que os Estados Unidos têm uma coisa muito boa e que falta no Brasil, mas que logicamente tem a ver com o tempo que a gente tem. O estudante brasileiro tem menos tempo de estudo e muitas vezes trabalha enquanto estuda, então tem menos tempo para ler. Nos Estados Unidos, quando você vai fazer o doutorado -- que dura seis anos em média, às vezes até mais -- eles dividem a história em grandes áreas. Você escolhe sua área, por exemplo, América Latina. Então você estuda desde história do México até o Chile; desde pré-colombiano até os nossos dias. Você vai saber tudo sobre tudo? Não, mas você tem um panorama. Aí você escolhe a sub-área que pode ser México, Brasil, etc. Depois, sua tese vai ser sobre economia açucareira na Bahia do século XVIII, mas pra chegar lá, o aluno estudou tudo. O Stuart Schwartz escreveu sobre vários temas de América Latina, foi a formação dele. América Latina, depois Brasil, depois economia açucareira na Bahia. Aqui você vai para o doutorado e só estuda economia açucareira na Bahia. Então, é claro que sua formação é mais precária. Eu estou dando o exemplo do Stuart, mas o estudante das universidades americanas faz isso.

É claro que hoje a produção é muito maior que há 40 ou 50 anos atrás. Eu me aflijo com as condições dos estudantes no Brasil, como fazer isso aqui... não tem biblioteca. É uma bola

de neve que só cresce. Mas temos que lutar contra essas deficiências, temos que ter consciência e saber explorar o que a gente tem de bom. A capacidade que nossos estudantes têm de trabalhar com arquivo, com documentação é infinitamente superior a deles. O estudante de história americano começa a trabalhar em arquivo no doutorado. Os brasileiros lá fazem sucesso. Então temos que manejar o que a gente tem de bom. Chegar lá com uma dissertação de mestrado feita com documentação de arquivo e alguma teoria na cabeça é um grande passo à frente da média dos estudantes americanos. Eles saem da graduação, zero, fazem um ano de mestrado, que é como se fosse a nossa monografia do bacharelado, e caem completamente crus no doutorado. Então, a gente tem que saber tirar proveito do que a gente tem de vantagem. E, com a dificuldade de bolsas aqui, tentar bolsas lá.

Bibliografia selecionada

- **África**

  Artigo de periódico:

  SOARES, M. C. O comércio dos Wangara e as mantas mandês no Daomé (1810). *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.15-40, 2019.

  _____. "Por conto e peso": o comércio de marfim no Congo e Loango, séculos XV–XVII. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.25, n.1, p.59-86, 2017.

  Capítulo de livro:

  SOARES, M. C. O mpungi nas fontes portuguesas sobre o Congo, 1483-1512. In:

SANTOS, Vanicléia Silva (Org.). *O Marfim no Mundo Moderno: comércio, circulação, fé e status social (Séculos XV-XIX)*. Belo Horizonte: Editora Prismas, 2017, p.33-50.

- **Mundo Atlântico**

  Capítulo de livro:

  SOARES, M. C. A escravidão atlântica. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. (Org.). *O sistema luso-brasileiro e o cotidiano da escravidão*. Vitoria: GM Editora, 2011, p.7-24.

  _____. As guerras atlânticas entre europeus e africanos na era moderna. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. (Org.). *A escravidão atlântica. Do domínio sobre a África aos movimentos abolicionistas*. Vitoria: GM Editora, 2011, p.7-22.

  _____. Nações e grupos de procedência no Atlântico escravista. In: CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V. (Org.). *Da África ao Brasil. Itinerários históricos da cultura negra.* Vitória: Flor Cultura, 2007, p. 131-158.

- **Arquivologia e museologia**

  Capítulo de livro:

  SOARES, M. C.; AGOSTINHO, M. B. A coleção Ovimbundu do Museu Nacional, Angola 1929-1935. *Mana*, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p.493-518, 2016.

  _____. A construção do universo da escravidão no acervo da Biblioteca Nacional. In: PEREIRA, P. R. (Org.). *Brasiliana na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/Nova Fronteira, 2001, p.267-281.

  Livro:

  SOARES, M. C.; LIMA, R. C.; AGOSTINHO, M. B. *Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2016.

- **Brasil escravista**

  Artigo de periódico:

  SOARES, M. C. Apreço e imitação no diálogo do gentio convertido. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 111-123, 2000.

  _____. A "nação" que se tem e a "terra" de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p. 303-330, 2004.

  _____. Descobrindo a Guiné no Brasil colonial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v.407, p.71-94, 2000.

  _____. Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, v.25, n.41, p.61-83, 2009.

  _____. Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista. *Tempo*, Niterói, v.3, n.6, p.73-93, 1998.

  _____. Novas abordagens para a história da escravidão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.8-28, 2008.

  _____. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.3, n.4, p.59-84, 2002.

  _____. Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812. *Afro-Ásia*, Salvador, n.49, p.229-271, 2014.

Capítulo de livro:

SOARES, M. C. A biografia de Ignacio Monte, o escravo que virou rei. In: VAINFAS, R.; SANTOS, G. S.; NEVES, G. P. (Org.). *Retratos do Império. Trajetórias Individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EDUFF, 2006, p. 47-68.

_____. As folias dos pretos minas na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. In: LIMA, L. L. G.; HONORATO, C. T.; CIRIBELLI, M. C. (Org.). *História & Religião*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2002, p. 119-131.

_____. As três faces de Xica. In: SOARES, M. C.; FERREIRA, Jorge (Org.). *A história vai ao cinema.* Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 53-66.

_____. Histórias cruzadas: os mahi setecentistas no Brasil e no Daomé. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativeiro e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 127-167.

_____. O negro no Brasil escravista. In: PEREIRA, P. R. (Org.). *500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura, 2000, p. 63-65

_____; MELLO, P. L. "O resto perdeu-se"? História e Folclore: o caso dos muçulmanos das Alagoas. In: CAVALCANTI, B. C.; FERNANDES, C. S.; BARROS, R. R. A. (Org.). *Kulé - Visibilidades Negras*. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 14-25.

_____. Política sem cidadania: eleições nas irmandades de homens pretos, século XVIII. In: CARVALHO, J. M.; CAMPOS, A. P. (Org.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 409-434.

Livro:

SOARES, M. C. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____ (Org.). *Diálogos Makii de Francisco Alves de Souza: manuscrito de uma congregação católica de africanos Mina, 1786*. Rio de Janeiro: Chão Editora, 2019.

_____; SALLES, R. H. *Episódios de História Afro-Brasileira*. Rio de Janeiro: FASE e DP&A, 2005.

_____; BEZERRA, N. R. (Org.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVII-XIX)*. Niterói: Editoria da UFF, 2011.

_____. (Org.*). Rotas atlânticas da diáspora africana - Da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 2011.